

CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS PÚBLICAS ENTRE 2015 E 2016

João Camilo Sevilla¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre as práticas educativas verificadas nas ocupações de escolas públicas entre 2015 e 2016. No que compete ao movimento de ocupação das escolas, pretende-se trazer à luz as colaborações do pensamento gramsciano nas ações empreendidas por jovens ocupantes. É preciso ressaltar que essa onda formada por jovens estudantes se corporificou, sobretudo, graças à necessidade de reagir a ações de viés neoliberal tomadas por governos estaduais e federal. Nesse cenário, este artigo aborda como a educação é peça-chave para uma outra hegemonia, logo a insurgência e a rebeldia estudantis são componentes ideais para pôr em xeque ideologias dominantes e o senso comum em vigor. Os ocupantes se valeram de estratégias abastecidas de forte ativismo e engajamento massivo, com o intuito de descolonizar a escola e seu espaço. Este texto também contempla a relação estabelecida entre as jornadas de junho de 2013 e o movimento de ocupação, uma vez que ambos têm os jovens e suas insatisfações como chama para mobilização. É através da escola “desinteressada”, da “práxis” e de Gramsci que este texto justifica o caráter revolucionário e paradigmático do movimento de ocupação das escolas públicas, ocorrido entre 2015 e 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações; Escolas; Gramsci; Educação; Hegemonia.

ABSTRACT

This article aims to discuss the educational practices in public school occupations in the years of 2015 and 2016. Regarding the school occupation movement, we aim to highlight the contributions of Gramscian doctrine in the actions undertaken by young occupants. It is necessary to emphasize that this wave formed by young students was embodied, above all, thanks to the need of reaction over neoliberal-biased actions taken by state and federal governments. In this scenario, this article addresses how education is a key part of another hegemony, so students' insurgency and rebellion are ideal components to challenge dominant ideologies and common sense in force. The occupants used strategies fueled by strong activism and massive engagement, with the aim of decolonizing the school and its space. This text also considers the relationship established between the June 2013 days and the occupation movement, since both have young people and their dissatisfactions as a call for mobilization. Through the “disinterested” school, “praxis” and Gramsci, this text justifies the revolutionary and paradigmatic character of the movement to occupy public schools, which occurred between 2015 and 2016.

KEYWORDS: Occupations; Schools; Gramsci; Education; Hegemony.

¹ Bacharel e licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ). E-mail: prof.joaocevilla@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-9307-3628>.

INTRODUÇÃO

No ano de 2016 se produziram vários acontecimentos que possibilitam defini-lo como um marco indelével na recente história política brasileira. O golpe “parlamentar-judicial-midiático”, que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e na ascensão à presidência de Michel Temer (MDB), contou com a colaboração de diversos atores, entre os quais se destacariam o grande capital e o Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos (Semeraro, 2019). O DOJ estadunidense, aliás, se serve da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA) para estabelecer sua jurisdição no mundo, ou seja, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos atua para desestabilizar o cenário político-econômico de outros países. No Brasil, a interferência do DOJ estadunidense contribuiu para o desmonte dos direitos sociais e da indústria nacional mediante liquidação de patrimônios públicos e recursos naturais, um panorama que tem levado a população brasileira a buscar no setor privado os serviços básicos de que ela necessita. Saúde, assistência social, previdência, segurança e educação são serviços básicos que têm, cada vez mais, sido procurados pela população brasileira no setor privado por conta da situação de involução e desintegração com que o Brasil e o mundo têm se deparado (Semeraro, 2019).

A educação, considerado serviço básico nevrálgico e estratégico, sofreu profundo baque com medidas políticas tomadas pelo ex-presidente Michel Temer. As medidas que estimularam o descontentamento de diversos segmentos da população e alargaram o debate foram: Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória – MP nº 746/2016, posteriormente Lei nº 13.415/17) e congelamento dos investimentos públicos em áreas sociais por um intervalo de 20 anos (Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº241/2016 e PEC nº55/2016, subsequentemente Emenda Constitucional – EC nº 95/2016) (Boutin; Flach, 2019). A inconformidade motivada pelas medidas colaborou para diversas manifestações mirando a preservação de direitos sociais conquistados.

No bojo das visíveis transformações a que a sociedade brasileira assistiu nas últimas décadas, é imperioso frisar o papel que jovens estudantes ocupantes de escolas públicas desempenharam em prol de uma educação desgarrada do jugo neoliberal, que entende a escola como um espaço utilitarista onde palavras como eficiência e ganhos prevalecem, ou seja, a escola do sistema capitalista alveja a formação de mão de obra, bem como atua na colaboração para a conformação dos sujeitos em torno de sua posição no modo de produção capitalista vigente (Mészáros, 2008). Para se dimensionar o tamanho do feito alcançado pelos estudantes, é necessário destacar que aproximadamente 1200 escolas foram ocupadas em território nacional (Boutin; Flach, 2019). Essas ocupações se relacionam estreitamente com as determinações impostas durante o governo Michel Temer, uma vez que os jovens estudantes se mostraram contrários às medidas tomadas no mandato do experiente político paulista do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que propiciou o aprofundamento do debate acerca do processo de sucateamento do ensino, assim como gerou reflexões a respeito da estrutura deficitária das escolas públicas no Brasil, sem esquecer de apontar a arbitrariedade envolvendo as decisões políticas.

Através das contribuições de Antonio Gramsci e de autores ligados à sua obra, o presente artigo se serve de pesquisa bibliográfica para investigar as práticas educativas observadas nas ocupações de escolas públicas ocorridas entre 2015 e 2016. Mediante análise documental, este texto tem igualmente por objetivo compreender a relação existente entre o pensamento gramsciano e as práticas educativas identificadas no movimento de ocupação das unidades escolares públicas durante o período entre 2015 e 2016.

EDUCAÇÃO: CHAVE PARA CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA HEGEMONIA

A educação se configura como um campo de disputas e, na lógica capitalista em vigor, pode ser compreendida enquanto uma prática social que coopera para o robustecimento de ideologias e favorece a perpetuação da hegemonia da qual dispõem os grupos dominantes. O problema levantado por este trabalho recorre às contribuições que o pensador sardo Antonio Gramsci pode oferecer em relação às práticas educativas apresentadas pelos estudantes nas ocupações das escolas públicas. Nesse sentido, cabe evidenciar a visão de Gramsci em torno da noção de hegemonia, que é descrita como a primazia de um determinado grupo social sobre os demais através de “domínio” e “direção intelectual e moral” (Gramsci, 2016, p. 62). Hegemonia, categoria central no pensamento de Antonio Gramsci, seria o “exercício do domínio e/ou liderança, coerção e consenso” (Nogara Junior, 2018, p. 269). É possível afirmar que a insurgência e a rebeldia corporificadas pelos estudantes ocupantes demonstram que a hegemonia dos grupos dominantes pode ser contestada e desafiada.

Urge ressaltar que a educação não se resume a consenso, ela é igualmente contestação, afinal, além de naturalizar, reproduzir e transformar em senso comum as ideologias prevalecentes, a educação as põe em xeque e, desse jeito, se torna uma tática valiosa para orientar as classes subalternas rumo à construção de outra hegemonia. Por essa razão, a educação na concepção gramsciana, mesmo dentro dos limites ditados pelo atual modo de produção, traz uma grandeza revolucionária (Boutin; Flach, 2019).

É indispensável admitir que não foram apenas as políticas educacionais instituídas pelo governo federal encabeçado por Michel Temer que desencadearam o processo de ocupação de escolas públicas pelos estudantes, jovens secundaristas ocuparam seus estabelecimentos escolares contra as medidas adotadas por governos estaduais em relação à educação (unidades escolares também foram ocupadas como demonstração de apoio à greve do magistério). Ações coletivas encararam, especialmente, políticas educacionais de viés neoliberal que marcaram os governos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) à frente dos estados de Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás. Contudo, as ações coletivas desenvolvidas por estudantes não se limitaram a uma mera oposição ao PSDB, já que também houve repulsa ao sucateamento da educação pública no Rio de Janeiro, governado à época pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro e atual MDB, Movimento Democrático Brasileiro), e no Ceará, estado governado por Camilo Santana (político filiado ao Partido dos Trabalhadores e atual ministro da Educação) entre 2015 e 2022 (Groppo, 2018).

OCUPAÇÕES: ENGAJAMENTO, ATIVISMO E DESCOLONIZAÇÃO DA ESCOLA

O problema sobre o qual se debruça este artigo envolve duas ondas que se formam a partir do movimento das ocupações. A primeira onda, que culmina na mobilização estudantil e, por conseguinte, desemboca na ocupação das escolas públicas, se forma por conta da oposição de jovens secundaristas às políticas educacionais articuladas por seus governos estaduais. A primeira onda, iniciada em dezembro de 2015 e encerrada em julho de 2016, alcançou apenas alguns estados e as ocupações abrangeram majoritariamente escolas públicas estaduais de ensino médio. A segunda onda, ocorrida entre outubro e dezembro de 2016, teve como razão principal uma política de âmbito nacional: a Medida Provisória n. 746 (MP746), a MP que busca reformar o ensino médio. É fundamental frisar que o envio da Proposta de Emenda Constitucional n.142 (PEC 142), posteriormente PEC 55, possibilitou à segunda onda envolver a ocupação de outros espaços de ensino, como institutos técnicos e universidades

públicas. Mais abrangente e difusa, a segunda onda englobou 22 estados, além do Distrito Federal, atingindo todas as regiões do Brasil (Groppo, 2018).

A confecção deste texto se mostra pertinente mediante necessidade de aprofundar e alargar o debate acerca das práticas educativas nas ocupações de escolas públicas à luz do pensamento de Antonio Gramsci. A investigação em torno das ocupações de escolas públicas também é justificada pelo seu caráter indubitavelmente particular. As ocupações legaram também o exemplo de engajamento massivo, ativismo combativo e, sobretudo, a reinvenção no modo de protestar e pleitear seus direitos. O processo de ocupação pode ser, por exemplo, encarado como uma forma de descolonizar a escola. Através da autonomia demonstrada pelos jovens ocupantes, um clima democrático pôde ser verificado no convívio e nas tarefas confiadas aos estudantes ocupantes, o que não eliminou as divergências com meninas e rapazes contrários ao movimento de ocupação. As ocupações teriam possibilitado um processo de descolonização das escolas porque os estudantes puderam desafiar os discursos de poder e dominação presentes por intermédio de controle e disciplinamento (Corsino; Zan, 2017).

No que se refere às formas de organização dos jovens ocupantes, é imprescindível observar a elaboração de redes de comunicação independente visando conversar com a sociedade acerca dos motivos que levaram aqueles estudantes a interferirem em um espaço público (Reis; Sartori, 2018). É fundamental realçar o papel relevante que as redes sociais desempenharam na dinâmica de ocupação das escolas públicas sem desconsiderar essas ferramentas tecnológicas enquanto possibilidades de práticas educativas.

A formulação do presente texto foi provocada também por conta do impacto potente que as ocupações tiveram na formação cidadã de jovens que engrossaram o movimento “ao se apropriarem das escolas, ocupando-as em suas diferentes dimensões [...] tornaram-se também responsáveis por ela e capazes de definir a sua própria organização” (Giroto, 2016, p. 1137). Portanto, é possível assegurar que práticas educativas adotadas nas ocupações dialogariam com uma dimensão revolucionária ao desafiar os interesses do sistema dominante (Semeraro, 2017). Nesse sentido, é imperioso destacar que as ações realizadas pelos estudantes foram um plano para combater o autoritarismo do qual o poder executivo parlamentar se valeu. A resistência, força e potência estudantis colaboraram de maneira significativa para a formação crítica, promovendo um processo de metamorfose coletiva e individual. Dessa maneira, as práticas educativas de que se apropriaram os estudantes demonstraram que ainda existe esperança para se estabelecer uma outra forma de sociabilidade e, por consequência, desenhar uma outra hegemonia (Flach; Schlesener, 2017).

IMBRICAÇÕES ENTRE JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS

É importante trazer à tona a relação entre as jornadas de junho de 2013 e as ocupações de escolas públicas para justificar a potencialidade associada ao movimento protagonizado pelos estudantes ocupantes. As jornadas de junho de 2013 no Brasil representam uma das expressões do apontamento crítico feito a um modelo “neodesenvolvimentista” que não abala as estruturas oligárquicas que sustentam o capitalismo dependente do qual o Brasil é vítima, bem como não enfrenta a especulação financeira e tampouco evita a sabotagem das reformas estruturais que alimentam a frustração e a angústia do novo proletariado (Semeraro, 2014). Como ocorre com outras insurgências e movimentos contestatórios do passado, ainda que não culminem instantaneamente em revoluções ou rupturas, muitas dessas movimentações provocam momentos representativos na história e indicam caminhos esperançosos nesse trajeto sinuoso que tem acompanhado os passos da humanidade ultimamente. As ocupações

de escolas públicas e suas práticas educativas podem não ter promovido a revolução pretendida, mas a gênese revolucionária do movimento liderado por jovens estudantes simboliza um feito histórico marcante.

É necessário contextualizar para traçar um paralelo entre o movimento de ocupação e as jornadas de junho de 2013. As ocupações parecem ter herdado algumas características observadas na grande mobilização supracitada do mês de junho de 2013, uma vez que universitários e jovens secundaristas se apoderaram do espaço público como forma de resistir e protestar (Reis, 2017). O ato de resistir e o ato de protestar se qualificam, desse modo, como práticas educativas, subvertendo o que é comumente apregoado pela lógica capitalista vigente.

Ao analisar todo o material coletado, é possível afirmar que os jovens estão descontentes com os desdobramentos políticos no país e querem mais diálogo com as esferas institucionais. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se tornou marca da chamada geração Y e Z. Nos dias em que passamos nas ocupações, chamou-nos atenção a forma horizontal de organização: tudo era decidido em assembléia. O espírito de coletividade também estava na divisão das tarefas: limpeza da escola, manipulação e produção de alimentos, organização de debates, atividades culturais e acadêmicas (Reis, 2017, pp. 254-255).

As ações praticadas por jovens estudantes desmontaram o discurso governista de que era necessário modernizar e dar mais dinamismo ao currículo do ensino médio, pois meninos e meninas não estariam mais interessados na escola. Para Reis (2017), a quantidade de escolas ocupadas Brasil a fora comprova que os jovens têm, sim, interesse no que envolve a escola pública. Entretanto, o alunado reivindica um currículo que promova o respeito às diferenças, pleiteia políticas de permanência estudantil e anseia participar e discutir efetivamente a gestão escolar.

GRAMSCI, ESCOLA “DESINTERESSADA” E “PRÁXIS”: APONTAMENTOS PARA O MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Um dos pontos a que se dedica este artigo é analisar de que modo as contribuições dos escritos e pensamentos de Antonio Gramsci se relacionam com as ocupações das escolas públicas brasileiras ocorridas, sobretudo, no ano de 2016. É possível, por exemplo, evidenciar certas semelhanças entre as atividades realizadas pelos jovens estudantes durante o processo de ocupação e os conselhos de fábrica abordados por Antonio Gramsci (2004). Da mesma forma que os conselhos seriam constituídos a partir da exploração dos operários no chão de fábrica, as ocupações seriam organizadas a partir da escola e de suas deficiências, desigualdades e interesses a que estudantes seriam submetidos. A organização destes jovens se deu por intermédio da realidade que enfrentam e vivenciam, um contexto desafiador que descortina uma educação desigual, antidemocrática e em crise.

Gramsci (2004, p. 212) é um pensador sardo que projeta a compreensão de que “a educação, a cultura, a ampla organização do saber e da experiência significam a independência das massas” e, dessa forma, considera-se o aprofundamento da consciência enquanto tática alvejando a revolução. Colaboram para isso modelos dessemelhantes, ou seja, não é apenas a educação formal que contribui para o processo de independência das classes populares, a educação não formal, materializada em associações de cultura, sindicatos, partidos políticos e conselhos de fábrica, se caracteriza como forte alternativa na luta contra o sistema dominante através da ampliação da consciência de classe (Boutin; Flach, 2019).

É interessante frisar que as práticas educativas das ocupações não se restringiram à mera tomada de consciência dos estudantes diante da realidade que lhes era imposta. Os estudantes não colocaram em curso suas práticas com base unicamente na tomada de consciência envolvendo a classe a que pertencem, mas fizeram uso da ampliação da consciência de classe para sua práxis política. As ocupações, com todas as tarefas e ações desenvolvidas que lhes dizem respeito, propiciaram a autogestão, a organização e o desenvolvimento de estratégias de luta de jovens estudantes brasileiros.

Segundo Almeida e Martins (2018, p. 175), as ocupações ocorridas no ano de 2016 “foram sem sombra de dúvidas um dos mais impactantes eventos, no território nacional, em defesa da educação como direito na história recente da educação pública, gratuita e de qualidade”. Os autores supramencionados prosseguem e asseguram que os jovens secundaristas teriam conseguido “pautar politicamente os problemas das contrarreformas na educação, impondo à mídia e à sociedade a reflexão sobre a necessidade de discutir o desmonte da educação pública no Brasil” (Almeida; Martins, 2018, p. 175). Cabe salientar que as práticas educativas nas ocupações de escolas públicas abarcam variadas dimensões. Uma dimensão envolve secundaristas imbuídos de um espírito de coletividade dedicados a uma forma horizontal de organização escolar, enquanto outra reúne o direito à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. É possível afirmar que os princípios de autogestão, com divisão de tarefas, e a organização de debates em torno de temas caros como machismo, homofobia e racismo são dois aspectos que denotam o poder e o peso das práticas educativas verificadas nas ocupações de escolas públicas brasileiras. Todavia, não é possível obliterar o impacto gerado pelo movimento de ocupação das escolas públicas protagonizado pelos jovens estudantes na luta por uma educação pública de qualidade, que está longe de se transformar em realidade com as contrarreformas na educação às quais a sociedade tem assistido (Almeida; Martins, 2018).

Neste viés de análise, Schlesener e Flach (2018) contribuem expondo que além de fomentar o debate sobre os limites das políticas governamentais, as ocupações também contribuíram para a reflexão sobre as contradições que permeiam a realidade e possibilitaram repensar a educação e suas contradições nos campos social, político e econômico. Nesse sentido, a organização dos jovens constituiu em um ato político que inspirou o debate, a reflexão crítica e ação engajada, visto que emergiu de uma leitura de mundo. Assim sendo, as ocupações foram também educativas (Boutin; Flach, 2019, pp. 211-212).

É tarefa fundamental analisar de que modo as ocupações das escolas públicas possibilitam novas frentes de possibilidades, capazes de construir outra hegemonia através da práxis revolucionária, que objetiva “a transformação radical do Estado dominante pelo desenvolvimento livre e criativo de todas as componentes humanas, sociais e ambientais protagonizado pela ação política das massas populares” (Semeraro, 2019, p. 363).

Para esmiuçar as ações empreendidas pelos jovens estudantes durante o processo de ocupação das escolas públicas, é preciso recorrer a Antonio Gramsci e a seu modelo de escola “interessada”. A “escola interessada” se caracteriza como um modelo de escola vinculado a interesses comprometidos com a conservação, fortalecimento e manutenção das estruturas capitalistas. A predileção pela formação associada ao recrudescimento das bases produtivas em detrimento de uma formação que propicie o acesso a conhecimentos de cultura geral e humanística se trata de um fenômeno ao qual Gramsci (2004) se referiu como “escola interessada” (Boutin; Flach, 2019). Os jovens estudantes, ao ocupar as escolas públicas, agiram e se mobilizaram em prol de uma escola cuja preocupação não se limita apenas à

formação para o mercado de trabalho. Os estudantes ocupantes demonstraram que o problema da educação não pode ser reduzido à falta de eficiência ou de eficácia como setores dominantes insistem em divulgar. A juventude estudantil que protagonizou o movimento de ocupação das escolas públicas apresentou caminhos que desconstróem a premissa de que a educação se trata somente de um fator de desenvolvimento econômico.

É essencial ressaltar que Gramsci (2001) não se resumiu unicamente a direcionar críticas ao caráter classista da educação, pois ele identificou igualmente sua potencialidade para a elevação cultural de subalternos e para conscientização sobre os limites que atravessam a realidade, além de reconhecer a educação também como ferramenta para a formação de outra hegemonia. Portanto, Gramsci descreve as potencialidades formativas da “escola desinteressada” supramencionada em oposição à denominada “escola interessada”.

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada à criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica (Gramsci, 2004, p. 75).

É também com a expressão do modelo de “escola desinteressada” que este artigo tem por objetivo analisar de que modo os jovens ocupantes e suas práticas educativas poderiam dar à luz a uma escola humanista dotada de liberdade, diferente da “escola interessada” onde o alunado segue uma orientação tida como robotizada.

As concepções teórico-metodológicas que este artigo abriga envolvem diferentes autores relacionados à perspectiva gramsciana. Dois pensadores se fazem necessários para redigir este artigo: o próprio pensador sardo Antonio Gramsci, sem o qual a confecção de uma mísera página seria improvável, e o filósofo Giovanni Semeraro, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF).

Urge evidenciar a relevância que o conceito de “práxis” apresenta no contexto das ocupações de escolas públicas protagonizadas por jovens estudantes brasileiros. É na simbiose ativa com o ambiente que se corporifica o “filósofo democrático” (Gramsci, 1975, Q 10, § 44, p. 1332)² e materializa a filosofia da práxis, “uma concepção efetivamente revolucionária não apenas porque conjuga teoria e prática, mas porque emana da realidade e do protagonismo dos subalternos” (Semeraro, 2014, p. 139). Cabe realçar que a concepção de mundo concebida em torno da “práxis” critica todo modo de mutilação e reducionismo, assim como enfrenta o niilismo e a desintegração social, planetária e humana articulada por um sistema que segrega, violenta, invade, golpeia, agride, concentra, exclui, engana, distorce e esfacela a realidade, além de construir muros. Ademais, o conceito de “práxis” ajuda a desconstruir, também, os questionáveis discursos de conciliação de classes, assim como contribui para rebater a construção do mito do “país harmonioso e cordial” que, no Brasil, serve para encobrir a realidade vergonhosa do racismo e da desigualdade que assolam o país. O mito do “país cordial e harmonioso” colabora para impedir o enfrentamento das contradições sociais e econômicas que carecem, urgentemente, de ser desafiadas (Semeraro, 2019). Nesse sentido, os jovens ocupantes e suas práticas educativas, com seus princípios de autogestão e a

² Doravante, as referências envolvendo a obra “GRAMSCI, A. Quaderni del cárcere. A cura di Valentino Gerratana. 4 vols. Torino: Einaudi, 1975” serão referenciadas com Q, acompanhado pelo número do caderno, do parágrafo e da página, com o propósito de ajudar na localização nas traduções brasileiras.

organização de debates sobre machismo, homofobia, racismo, feminismo, ditadura militar e escravidão, chacoalham a cena política nacional ao adotar a práxis necessária contra o sistema dominante vigente.

Os artigos e relatos sobre a primeira onda de ocupações trazem inúmeros exemplos de atividades formativas organizadas. Por exemplo, nas escolas da região de Sorocaba: “aulão” de professor da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) sobre a ditadura civil-militar, reunião sobre feminismo, contação de histórias, batalha de Rap, sarau, roda de conversa e debate com secretário municipal de educação (MARTINS et al., 2016). Entre as atividades formativas, ainda sobre o contexto paulista, Catini e Melo (2016) relatam que foram tratados de temas como análise de conjuntura, ditadura militar, escravidão, racismo, homofobia, patriarcalismo, feminismo e arte. Os mesmos autores ainda afirmam que, mesmo atividades que usaram “forma escolarizada” (aulas públicas, manuais, jograis etc.), foram ressignificadas (CATINI; MELO, 2016). Mas a tendência foi o uso de novos formatos, como relatam Costa e Santos (2017, p. 61): “escola ocupada não é escola paralisada” e, “ao invés das aulas tradicionais – motivo de muitas queixas por parte desses alunos – optou-se por novos formatos, dentre estes, as oficinas”. Esses novos formatos permitiram experimentações mais democráticas, como eram as próprias ocupações. Também, teriam liberado uma verdadeira “demanda represada” de pessoas e grupos com propostas diversas de oficinas como música, ioga, dança, ecologia, debates sobre gênero e questões raciais, entre outros (Groppo, 2018, pp. 101-102).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo da efervescência causada pelas práticas educativas adotadas pela juventude estudantil no período de ocupações das escolas públicas, é fundamental recuperar a noção de que “todos são filósofos”, sobretudo os jovens ocupantes. Afinal, o movimento estudantil que protagonizou as ocupações não assimilou de forma passiva “uma concepção de mundo imposta mecanicamente” e se dedicou à tarefa de “elaborar a própria concepção de mundo consciente e criticamente, com a própria cabeça”, além de “participar ativamente da produção da história do mundo” (Q 11, §12, p. 1376). Para Gramsci e Marx, a filosofia está intimamente atrelada ao trabalho e à realidade concreta das classes populares e “se desenvolve porque se desenvolve a história geral do mundo (ou seja, as relações sociais nas quais os homens vivem) não porque a um grande filósofo se segue um filósofo ainda maior” (Q 10, § 31, p. 1273). Nesse sentido, a congregação do trabalho intelectual dos jovens ocupantes (organização de debates acerca do feminismo, racismo e homofobia, “aulões” sobre ditadura militar e “batalhas de Rap”) e trabalho material (divisão de tarefas através de princípios de autogestão, com forma horizontal de organização) compõem a base do processo de autoprodução do ser humano, ou seja, o verdadeiro “princípio educativo” e a fonte da organização coletiva em sociedade (Semeraro, 2014).

Urge evidenciar a dimensão e o tamanho que as ações coletivas empreendidas pelos ocupantes alcançaram, bem como se faz necessário investigar o legado que a mobilização estudantil teria proporcionado à sociedade com as ocupações das escolas públicas. Em vista disso, é importante apontar a lição que os jovens ocupantes possibilitaram à sociedade brasileira ao conjugar prática e teoria nas suas medidas educativas. Desse modo, compreende-se por que Gramsci insiste que “a filosofia deve tornar-se ‘política’, ‘prática’, para continuar a ser filosofia: a ‘fonte’ para a unidade de teoria e prática” (Q 16, § 9, p. 1860). A estrutura

paidética presente no pensamento gramsciano (Maltese, 2010, p. 12) aponta, então, a necessidade de se combinar uma dialética relação pedagógica entre aprendizagem (dirigente e dirigido, mestre e aluno) e realidade social (Q 11, §67, p. 1505). O alcance demonstrado pelos jovens ocupantes demonstra a potencialidade de suas ações coletivas para germinação de práticas político-pedagógicas ocupando outros espaços além da escola.

Neste contexto, novos movimentos sociais fermentam práticas político-pedagógicas ocupando os centros de poder das cidades, as ruas e as praças mobilizando crescentes contingentes de excluídos e “precarizados” (Braga, 2012, p. 187) pelas novas formas de organização social e de exploração de trabalho. Um grande contingente popular, principalmente de jovens inconformados e conectados em redes, mesmo com ambiguidades e fragilidades, vem abrindo novas frentes de lutas, golpeando os mais diversos segmentos de uma estrutura econômica e política monopolista e corporativista. Tais protestos não se limitam a reivindicar benefícios pontuais e mais eficiência do sistema, a denunciar os vícios das instituições e o esvaziamento da velha política, a hipocrisia da democracia burguesa e a desfiguração dos partidos (Semeraro, 2014, p. 143).

É necessário também trazer à tona a contribuição de Gramsci em torno da Escola Unitária, que pressupõe a conexão entre prática e teoria, logo deve ser considerada como o “início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda vida social” (Gramsci, 1978, p. 125). É possível afirmar que as ações realizadas pelos jovens ocupantes caminham nesse sentido, pois a associação entre o trabalho intelectual e trabalho material ultrapassou o âmbito escolar e se espalhou em toda a vida social, dando visibilidade e importância às ocupações junto à sociedade brasileira.

Neste ponto, Gramsci é taxativo quando afirma que não há unidade entre escola e vida, e que a participação espontânea “ativa do aluno na escola só pode existir se a escola for ligada à vida” (Gramsci, 1978, p. 133). A positividade de o trabalho ser o princípio educativo reside neste ponto, qual seja a superação do Estado burguês e o surgimento de novas relações sociais de produção que tenha como horizonte estratégico o comunismo (Nogara Junior, 2018, p. 275).

A tarefa reservada à escola é desafiadora; o senso-comum, o folclore e a religião têm se mostrado, em muitas situações, obstáculos gigantescos que precisam ser enfrentados por meio da ciência e do conhecimento historicamente construído pela humanidade. Portanto, não é irrelevante e descartável o papel desempenhado pela escola no processo revolucionário, o que as ocupações das escolas públicas brasileiras por jovens estudantes em 2015 e 2016 ilustram de maneira evidente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Barroso de; MARTINS, Marcos Francisco. As ocupações das escolas no Paraná; elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João editores, p. 175-200, 2018.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

CATINI, Carolina de R.; MELLO, Gustavo Moura de C. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, 2016.

CORSINO, L. N.; ZAN, D. D. P. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1, pp. 26-48, 2017.

COSTA, Luciano B.; SANTOS, Manuella Mattos dos. Espaços virtuais dos movimentos das escolas ocupadas de Porto Alegre: o apoio mútuo como base da inteligência coletiva. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v. 19, n. 1, p. 49-73, 2017.

FLACH, S. F.; BOUTIN, A. C. B. D.. Contribuições para o debate sobre as práticas educativas nas ocupações de escolas públicas. **Movimento – Revista de Educação**, p. 195-218, 2019.

FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1, pp. 165-1186, 2017.

GIROTTO, E. D.. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da Rede Estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, pp. 1121-1141, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. – Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 1978. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. A cura di V. Gerratana. 4 voll. Torino: Einaudi, 1975.

GROPPO, Luís Antonio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio. (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. 1ed. São Carlos: Pedro & João editores, v. 1, p. 85-118, 2018.

MALTESE, Pietro. **Lecture pedagogiche di Antonio Gramsci**. Roma: Anicia, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco et al. Entrevista. As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas. **Crítica Educativa**. Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 227-260, 2016.

MÉSZAROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGARA JUNIOR, G. Gramsci: trabalho, educação e escola unitária. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 10, p. 269-278, 2018.

REIS, V. #Ocupar e Resistir: Estudantes catarinenses em defesa da escola pública. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre/MG, v. 2, n. 5, pp. 235-258, 2017.

REIS, V.; SARTORI, A. S. Educação pública em risco: descontinuidades, golpes e resistência. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 1, pp. 59-70, 2018.

SCHLESENER, Anita Helena; FLACH, Simon de Fátima. A ocupação de escolas no estado do Paraná: determinações e fundamentos para a formação política. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João editores, p. 201-224, 2018.

SEMERARO, G. A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e Marx. In: **Revista Educação e Filosofia**, vol. 27, n. 53, p. 87-104, Uberlândia: EDUFU, 2013.

SEMERARO, G. A práxis “integral” de Gramsci frente ao atual processo de desintegração. **O social em questão**, v. 45, p. 349-365, 2019.

SEMERARO, G. Filosofia da práxis e as práticas político-pedagógicas populares. **Educação e Filosofia (UFU. Impresso)**, v. 28, p. 131-148, 2014.

SEMERARO, G. Práxis e formação humana: a concepção “integral” de Gramsci. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 2, p. 20-32, 2017.